



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Sirvo-me da presente para informar que em relação ao Pedido de Esclarecimento efetuado por determinadas empresas, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 74/2.018, que objetiva a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de seguro patrimonial (bens imóveis e bens móveis) para os prédios das unidades escolares municipais (cei's, emei's, e em's), almoxarifado e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações dos anexos I e II; temos a esclarecer:

Perguntas:

1)“Solicito esclarecimento quanto ao tempo de seguro de cada item sem sinistro. E quanto tempo de seguro as apólices que tiveram sinistro no ano anterior?”

“Solicito esclarecimento a que se referem os sinistros abaixo listados e informados no Edital do Pregão Presencial n.º 74/2018”:

Centro de Educação Infantil – item 8

Escola Municipal de Educação Infantil – item 2

Centros de Educação Infantil – item 8

Escola Municipal de Educação Infantil – item 2

“VIII – Documentações” que consta no Edital do Pregão Presencial n.º 74/2018 que pede prova de regularidade emitida pelo Instituto de Resseguros do Brasil – IRB conforme transcrito abaixo, segue em anexo o comunicado do IRB dizendo não deter a competência legal para emitir tais documentos, e que orienta solicitar tais informações a SUSEP órgão responsável pela fiscalização e regulação das operações de seguro, resseguro e cosseguro no Brasil (documento anexo); sendo assim solicito que seja retirado, e ou, não seja exigido essa prova de regularidade emitida pelo IRB tendo em vista o alegado, conforme documentos em anexo, ficamos no aguardo de um retorno.

- Prova de regularidade emitida pelo Instituto de Resseguros do Brasil – IRB – atestando que a licitante está em dia com seus compromissos financeiros, dispondo de cobertura automática para o ramo de seguro que opera;”



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



“2) Considerando que a sessão de Pregão ocorrerá no dia 28/06/2018 e considerando que o Anexo II - Termo de Referência em seu item III dispõe que a vigência do seguro iniciará em: “3.1 - À partir das 00 (zero) horas do dia 23/06/2018, devendo ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos”, ou seja, em data retroativa à abertura da licitação, solicitamos esclarecer se até a presente data não houve sinistros.

3) Quanto à exigência do item VIII – Documentações, “8.2 - Prova de regularidade emitida pelo Instituto de Resseguros do Brasil – IRB – atestando que a licitante está em dia com seus compromissos financeiros, dispondo de cobertura automática para o ramo de seguro que opera;”, cumpre esclarecer que o IRB-Brasil deixou de fornecer documentos para declarar a regularidade das Seguradoras, transferindo a competência legal de regulação e fiscalização do resseguro e cosseguro para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Sendo assim, o edital precisa ser retificado neste item.

4) Os itens 9.10 e 9.11 do Anexo II trazem a seguinte descrição: “9.10 - Providenciar a regularização do sinistro ocorrido no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação por parte da Secretaria Municipal de Educação; 9.11 - Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a entrega, por parte da contratante, da documentação comprobatória do sinistro;

Notamos que o Anexo II, itens 9.10 e 9.11, determinam que a Contratada deve Providenciar a regulação do sinistro porventura ocorrido, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação oficial da CONTRATANTE;

Entretanto, tal exigência, poderá restringir a participação de grande parte do mercado Segurador, uma vez que os trâmites para a realização de vistorias em sua maioria são realizadas por empresas terceirizadas e nem sempre são atendidos neste prazo.

Sendo assim, podemos considerar um prazo de 72 horas úteis?

5) Quanto a cobertura de Vendaval, solicitamos informar se esta contemplará somente o prédio e seu conteúdo (bens internos do prédio) ou existem também bens ao ar livre (bens externos do prédio).

Caso haja bens ao ar livre, solicitamos esclarecer qual limite a ser considerado para cobrir estes bens (exemplos: toldos, marquises, letreiros, luminosos etc). Vendaval para os bens ao ar livre = R\$ _____”

Resposta conforme ofícios nº 134/2018, 135/2018 e 137/2018 – SE, (doc. anexo).